

CONTRATO – PROGRAMA

19. APOIO FINANCEIRO – CONTRATOS PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO

Da **Vice-presidente Sameiro Araújo**, submetendo à consideração do Executivo Municipal, nos termos enunciados no artigo 23º, nº 1 e 2, alínea f) da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a aprovação do contrato-programa de desenvolvimento desportivo a celebrar entre o **Município de Braga e Hóquei Clube de Braga –Hóquei em Patins Sad**, no valor de **7050,00€**.

Nº Informação: 54985

Data: 06/10/2022

Assunto: Pedido de apoio na área desportiva – época desportiva 2022/2023 - Participação na Liga dos Campeões

O **Hóquei Clube de Braga – Hóquei em Patins Sad**, pessoa coletiva n.º 508 285 518, com sede no Pavilhão das Goladas – Apartado 2590, 4710-500, S. Vitor, Braga com o RECAM 17/2014, solicita ao Município de Braga um apoio financeiro, correspondente a 40% do valor total das viagens (17.625,00€), ou seja 7.050,00€ (sete mil e cinquenta cêntimos), para fazer face às despesas com a participação na Liga dos Campeões, em Bordéus, que ocorreu entre os dias 28 de setembro e o dia 01 de outubro de 2022, participação essa que lhe valeu o apuramento.

O pedido de apoio financeiro é apresentado em conformidade com o modelo publicado no site do Município (Anexo III, Anexo IV e minuta de contrato), enquadrando-se no âmbito das atribuições municipais, enunciadas no Artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, designadamente nos domínios dos tempos livres e desporto (Artigo 23.º, n.º 1 e n.º 2, alínea f)).

A entidade procedeu à junção de elementos documentais que procuram dar resposta aos pontos da sustentabilidade do projeto de gestão, da capacidade de autofinanciamento do projeto, das comparticipações de outras entidades e custos relativos ao funcionamento administrativo que visava a participação na Liga dos Campões, anteriormente designada Liga Europeia.

Assim, considerando todos os elementos constantes do pedido, bem como a presente apreciação que deles é realizada, julgo ser do interesse do Município equacionar a hipótese de celebração de um contrato-programa, com o **Hóquei Clube de Braga – Hóquei em Patins Sad**, pessoa coletiva n.º 508 285 518, com sede no Pavilhão das Goladas – Apartado 2590, 4710-500, S. Vitor, Braga com o RECAM 17/2014, no valor de **7.050,00€ (sete mil e cinquenta cêntimos)**.

À consideração superior,

A Chefe de Divisão,

A Vice-Presidente,

MINUTA - ADITAMENTO CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO

Primeiro Outorgante: Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, em representação do Município de Braga, na qualidade de Presidente da respetiva Câmara Municipal, pessoa coletiva n.º 506 901 173, com sede na Praça Municipal, 4704-514 Braga, adiante designada apenas por **MUNICÍPIO**;

Segundo Outorgante: Luis Miguel da Silva Machado Botelho, em representação do **H.C. de Braga, Hóquei em Patins SAD**, na qualidade de Presidente da Direção, contribuinte fiscal n.º 508285518, com sede no Pavilhão das Goladas, da Freguesia de S. Vitor, da cidade de Braga, adiante designada abreviadamente por **ENTIDADE**;

Entre ambos os outorgantes é celebrado o presente contrato, de acordo com os artigos 46.º e 47.º da Lei n.º 5/2007 – Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto no que se refere ao apoio financeiro ao associativismo desportivo, e com o regime de contratos-programa de desenvolvimento desportivo, aprovado o Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, na sua redação atual e com o previsto no título II da parte F do Código Regulamentar do Município de Braga – Atribuição de Apoios ao Desporto, que se regerá pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1.ª

(Objeto)

Constitui objeto do presente contrato a continuidade de um programa de desenvolvimento desportivo, com a finalidade de apoiar na participação da Liga dos Campeões, com o pagamento de 40% do valor total da deslocação a Bordéus.

Cláusula 2.ª

(Obrigações da ENTIDADE)

1. Por força do presente contrato-programa, constituem obrigações da **ENTIDADE**:

- a) A **ENTIDADE** obriga-se a propor ao **MUNICÍPIO** as revisões e correções ao plano, devidamente fundamentadas e justificadas e que ocorram durante a vigência do presente contrato, mas sempre em respeito ao articulado do art.º 15º do Decreto-Lei nº 273/2009, de 1 de outubro;
- b) A **ENTIDADE** enviará os recibos comprovativos de despesas inerentes a este contrato-programa, até termino do contrato;
- c) Facultar todos os elementos contabilísticos ou outros que venham a ser solicitados pelo Município de Braga, no âmbito do objeto do presente contrato;

- d) Concluída a realização do contrato-programa a **ENTIDADE** enviará ao **MUNICÍPIO** um relatório final sobre a execução do mesmo;
- e) A **ENTIDADE** obriga-se a criar uma rubrica especial no seu relatório anual de contas – “**Contrato-Programa com MUNICÍPIO de BRAGA**” – e nela inscrever os movimentos contabilísticos correspondentes;
- f) Aplicar e administrar corretamente o apoio financeiro tendo em conta o objeto do presente contrato;
- g) Atender, na sua atuação, aos critérios de economia, eficácia e eficiência na gestão do apoio atribuído;
- h) Assegurar que a qualificação dos treinadores a lecionar as aulas tem de estar de acordo com a lei em vigor;
- i) Publicitar o projeto, objeto do contrato-programa, fazendo referência ao apoio do **MUNICÍPIO**, através da menção expressa, “**Com o apoio do Município de Braga**” e, alusão do respetivo logotipo, em todos os suportes gráficos de promoção ou divulgação do projeto ou das atividades, bem como em toda a informação difundida nos diversos meios de comunicação;
- j) Assegurar outras contrapartidas que se mostrem necessárias no âmbito do objeto do presente contrato;
- k) Participar, sempre que possível, nas atividades promovidas pelo **MUNICÍPIO**.

Cláusula 3.ª

(Obrigações do MUNICÍPIO/ participação financeira)

1. Para a prossecução do programa de desenvolvimento desportivo mencionado na Cláusula Primeira, o **MUNICÍPIO** compromete-se a prestar apoio financeiro à **ENTIDADE**, através da atribuição de um subsídio no montante de **7.050,00€ (sete mil e cinquenta euros)**.
2. A verba referida no número anterior será libertada a 100%.

3. Cláusula 4.ª

(Afetação da verba)

A verba atribuída no âmbito do presente contrato-programa é obrigatoriamente afeta à prossecução dos fins a que se destina, não podendo a **ENTIDADE** utilizá-la para outros fins, sob pena de rescisão unilateral imediata deste contrato, por parte do **MUNICÍPIO**.

Cláusula 5.ª

(Acompanhamento e controlo do Contrato-Programa)

O acompanhamento e controlo deste Contrato-Programa são feitos pelo **MUNICÍPIO**, assistindo-lhe o direito de, por si ou por terceiros, fiscalizar a sua execução.

Cláusula 6.ª

(Vigência)

Sem prejuízo do disposto na cláusula seguinte o período de vigência deste contrato-programa decorre desde a data da sua assinatura até 31 de julho 2023 (Época Desportiva 2022/2023 com início em 01.08.2022).

Cláusula 7.^a

(Revisão do contrato-programa)

Qualquer alteração ou adaptação ao presente Contrato-Programa carece de prévio acordo do **MUNICÍPIO**, a prestar por escrito.

Cláusula 8.^a

(Rescisão Unilateral)

1. O presente Contrato-Programa pode, a todo o tempo, ser unilateralmente rescindido pelo **MUNICÍPIO**, caso a **ENTIDADE** deixe de cumprir as obrigações que aqui assume e bem assim de entregar, atempadamente, os documentos que lhe sejam solicitados pelo **MUNICÍPIO** no decurso da execução deste contrato.

2. O Contrato-Programa pode ainda cessar quando estiver concluído o programa de desenvolvimento desportivo que constitui o seu objeto; quando, por causa não imputável à entidade responsável pela execução do programa, se tome objetiva e definitivamente impossível a realização dos seus objetivos essenciais; quando, no prazo estipulado pela entidade concedente, não for apresentado consentimento expresso para a consulta da respetiva situação tributária pelos serviços da entidade concedente.

Cláusula 9.^a

(Contencioso do contrato)

Os litígios emergentes da execução do presente contrato, ou com ele relacionados, serão dirimidos nos termos estabelecidos no artigo 31.º do aludido Decreto-Lei n.º 273/2009, nos termos do regulamento de Processo de Arbitragem voluntária do Tribunal do Desporto, por um ou mais árbitros nomeadamente nos termos da Lei do Tribunal Arbitral do Desporto.

Celebrado em _____, em dois exemplares, ficando cada um para cada um dos outorgantes

O Primeiro Outorgante,

O Segundo Outorgante,

(Ricardo Rio)

(Luís Botelho)